

RECURSO ESPECIAL Nº 1.512.271 - RN (2015/0011246-8)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
RECORRENTE : MUNICÍPIO DE NATAL
PROCURADOR : RAMIRO OLIVEIRA DO REGO BARROS E OUTRO(S) - RN008805
RECORRENTE : COESA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADO : GILBERTO RAIMUNDO BADARÓ DE ALMEIDA SOUZA E OUTRO(S) - BA022772
RECORRIDO : MARIA NADIR DUARTE
RECORRIDO : SIMONE ALVES DE SOUZA
RECORRIDO : FÁTIMA RIBEIRO DOS SANTOS
RECORRIDO : ANA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO : NILSON NÉLBER SIQUEIRA CHAVES - RN003529
AGRAVANTE : COESA ENGENHARIA LTDA
ADVOGADOS : PAULO HENRIQUE DOS SANTOS LUCON - SP103560
LARISSA BRANDÃO TEIXEIRA - RN008034
FERNANDO DODORICO PEREIRA E OUTRO(S) - SP331806
AGRAVADO : MARIA NADIR DUARTE
AGRAVADO : SIMONE ALVES DE SOUZA
AGRAVADO : FÁTIMA RIBEIRO DOS SANTOS
AGRAVADO : ANA MARIA DOS SANTOS RODRIGUES
ADVOGADO : NILSON NÉLBER SIQUEIRA CHAVES - RN003529

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO. RESPONSABILIDADE POR INEXECUÇÃO DE CONTRATO DE EMPREITADA. INEXISTÊNCIA DE VIOLAÇÃO DO ART. 535, I DO CPC/1973. INÉPCIA DA INICIAL NÃO CONFIGURADA. CAUSA DE PEDIR INDICADA PRECISAMENTE. ALEGADO CERCEAMENTO DE DEFESA PELO JULGAMENTO ANTECIPADO, ILEGITIMIDADE PASSIVA E INEXISTÊNCIA DE ATO ILÍCITO. INVERSÃO DO JULGADO. REEXAME DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. INVIABILIDADE. INDENIZAÇÃO ARBITRADA PELA CORTE DE ORIGEM EM R\$ 40.000,00 PARA CADA PARTE RECORRIDA. VALOR QUE NÃO SE AFIGURA EXCESSIVO. RECURSO ESPECIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA A QUE SE NEGA SEGUIMENTO.

1. Trata-se de Recurso Especial interposto pela COESA ENGENHARIA LTDA., com fundamento na alínea *a* do art. 105, III da Constituição Federal, contra acórdão proferido pelo egrégio TJ/RN, assim ementado:

APELAÇÕES CÍVEIS EM AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS

MORAIS E MATERIAIS. 1 - PREJUDICIAIS DE NULIDADES PROCESSUAIS. SUSCITADAS PELA EMPREITEIRA. 1.1 - ILEGITIMIDADE ATIVA E PASSIVA. PERTINÊNCIA SUBJETIVA DO POSSUIDOR PARA PLEITEAR REPARAÇÃO POR DANOS OCASIONADOS AO IMÓVEL E AOS MÓVEIS QUE O GUARNECEM. LEGITIMIDADE PASSIVA DA EMPREITEIRA CONTRATADA PELO ENTE MUNICIPAL PARA AMPLIAÇÃO DA OBRA PÚBLICA, OBJEÇÃO NÃO ACOLHIDA. 1.2 - INÉPCIA DA INICIAL. FATOS E FUNDAMENTOS JURÍDICOS IDENTIFICADOS. PEÇA DE INGRESSO EM CONFORMIDADE COM O ART. 282, III DO CPC. PREJUDICIAL REJEITADA. 1.3 - FALTA DE FUNDAMENTAÇÃO DA SENTENÇA. PROVIMENTO JUDICIAL FUNDAMENTADO DE FORMA SUFICIENTE A PRODUZIR OS SEUS EFEITOS LEGAIS. OBJEÇÃO AFASTADA. 1.4 - CERCEAMENTO DE DEFESA ANTE O JULGAMENTO ANTECIPADO DA LIDE. INOCORRÊNCIA. EXISTÊNCIA DE ELEMENTOS PROBATÓRIOS SUFICIENTES À RESOLUÇÃO DA CAUSA. PRESENÇA DE FATOS NOTÓRIOS, INCONTROVERSOS E SOBRE OS QUAIS MILITAM PRESUNÇÃO LEGAL DE EXISTÊNCIA. INTELIGÊNCIA DO ART. 334, INCISOS, I, II E IV DO CPC. 2 - ANÁLISE DO MÉRITO PROPRIAMENTE DITO DOS RECURSOS. OBRA PÚBLICA CONFIADA À EMPRESA PRIVADA. DEMORA NA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS. TRANSBORDAMENTO DE LAGOA DE CAPTAÇÃO. DANOS CAUSADOS A TERCEIROS. DEMONSTRAÇÃO. RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA DO MUNICÍPIO E DO EMPREITEIRO. DANOS MORAIS CONFIGURAÇÃO. ALAGAMENTO DE IMÓVEIS POR TRINTA DIAS. DANOS MATERIAIS A SEREM APURADOS EM LIQUIDAÇÃO DE SENTENÇA. POSSIBILIDADE. RECURSOS CONHECIDOS. PROVIMENTO TOTAL DA APELAÇÃO INTERPOSTA PELAS AUTORAS. PROVIMENTO PARCIAL DO RECURSO MANEJADO PELA EMPREITEIRA (fls. 398/422).

2. Opostos Embargos de Declaração, estes foram rejeitados (fls. 435/442).

3. Nas razões de seu Recurso Especial, a parte recorrente aponta violação dos arts. 5o., XXXVII, LIII, LIV e LV da CF/1988; 267, VI, 295, I e II e parág. único, II, 330, I, 332, 333 e 535, I do CPC/1973; 186, 393, parág. único e 944, parág. único do CC/2002.

4. Para tanto, argumenta, em caráter preliminar, que: (a) o acórdão recorrido teria permanecido omissos, a despeito da oposição dos Aclaratórios; (b) ao fundamentar a decisão de primeiro grau quanto ao julgamento

antecipado, o Tribunal de origem incorreu em supressão de instância; (c) não haveria legitimidade passiva, porquanto inexistente descumprimento do contrato firmado com a Municipalidade, tampouco relação jurídica com as partes recorridas; (d) a inicial estaria inepta, por não indicar causa de pedir quanto à parte recorrente; e (e) o julgamento antecipado da lide consistiria em cerceamento de defesa.

5. No mérito, defende que as obras foram concluídas dentro dos prazos indicados nos aditivos contratuais de prorrogação, firmados com a Municipalidade. Argumenta também que o atraso nas obras teria decorrido de força maior, a afastar qualquer ilicitude. Por fim, para o caso de ser reconhecida sua responsabilidade, pleiteia a minoração da indenização, ante a desproporção entre a culpa e o dano.

6. Sem contrarrazões (fls. 505), o Apelo Nobre foi parcialmente admitido na origem (fls. 507/508), tendo a parte recorrente interposto Agravo (fls. 512/525).

7. Em decisão monocrática, o Eminentíssimo Ministro BENEDITO GONÇALVES negou provimento ao Agravo (fls. 582/583); entretanto, por reconhecer o seu impedimento, tornou sem efeito a decisão primeva e determinou a redistribuição do feito (fls. 613/614).

8. É o breve relatório.

9. Inicialmente, nos termos do que decidido pelo Plenário do STJ, aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).

10. Ainda em caráter preliminar, esclarece-se ser desnecessária a interposição de Agravo em face da decisão que admite parcialmente o Recurso Especial, por ausência de interesse recursal, em razão da amplitude do efeito devolutivo,

nos termos das Súmulas 292 e 528 do STF (AgRg no REsp. 1.505.594/SP, Rel. Min. HERMAN BENJAMIN, DJe 19.12.2016; AgRg no Ag 1.307.016/SP, Rel. Min. SÉRGIO KUKINA, DJe 17.12.2013)

11. Passa-se, portanto, diretamente ao exame do Apelo Nobre.

12. No mais, inexistente a alegada violação do art. 535, I do CPC/1973, pois a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, conforme se depreende da análise do acórdão recorrido. O Tribunal de origem apreciou fundamentadamente a controvérsia, não padecendo o acórdão recorrido de qualquer omissão, contradição ou obscuridade. Observe-se, ademais, que julgamento diverso do pretendido, como na espécie, não implica ofensa à norma ora invocada.

13. A respeito da tese de supressão de instância, a parte recorrente indicou como violados apenas dispositivos da CF/1988, cuja ofensa não pode ser conhecida em sede de Recurso Especial, sob pena de usurpação da competência do STF.

14. Quanto à pretendida declaração de inépcia da inicial, não procede a argumentação recursal. Conforme destacado pelo acórdão recorrido (fls. 407/408), a petição inicial aponta com clareza a causa de pedir em face da parte recorrente, fundamentando-se em seu atraso na execução da obra para a qual foi contratada (fls. 4/6).

15. Destarte, havendo indicação precisa das razões da inicial, a permitir a compreensão de seus fundamentos e o exercício do direito de defesa, não se configura a inépcia. Confirmam-se, a propósito, os julgados a seguir:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. CONDOMÍNIO. OBRIGAÇÃO DE FAZER. INÉPCIA DA INICIAL. NÃO OCORRÊNCIA. FUNDAMENTO AUTÔNOMO DO ACÓRDÃO RECORRIDO NÃO IMPUGNADO. INCIDÊNCIA DAS SÚMULAS 283 E 284/STF. DOCUMENTOS JUNTADOS EM AUDIÊNCIA DE INSTRUÇÃO. CONHECIMENTO TARDIO. POSSIBILIDADE. AGRAVO INTERNO IMPROVIDO.

1. *O Tribunal de origem concluiu que a petição inicial foi ajuizada com todos os documentos essenciais, permitindo-se a identificação da causa de pedir, do pedido e da fundamentação jurídica, de modo a garantir o exercício da ampla defesa e do contraditório.*

2. *Nesse sentido, a decisão está em consonância com o entendimento desta Corte Superior de que **não é inepta a inicial que descreve os fatos e os fundamentos do pedido, possibilitando ao réu exercer o direito de defesa e do contraditório (...).***

5. *Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 1.015.714/SP, Rel. Min. RAUL ARAÚJO, DJe 13.2.2019).*

2 2 2

PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO RESCISÓRIA. AUSÊNCIA DE INDICAÇÃO PRECISA DOS DISPOSITIVOS LEGAIS VIOLADOS PELA DECISÃO RESCINDENDA. ERRO DE FATO NO JULGAMENTO NÃO INDIVIDUALIZADO. INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. DECISÃO RESCINDENDA QUE INDEFERIU LIMINARMENTE MANDADO DE SEGURANÇA POR ILEGITIMIDADE PASSIVA E POR IMPOSSIBILIDADE DE INSTRUÇÃO. AUSÊNCIA DE EXAME DO MÉRITO DA CONTROVÉRSIA. INADEQUAÇÃO DA AÇÃO RESCISÓRIA. AÇÃO RESCISÓRIA NÃO PROVIDA.

1. De acordo com a jurisprudência do STJ, não é possível declarar a inépcia da petição inicial quando a narração dos fatos denota razoável compreensão da causa de pedir e do pedido.

(...).

4. *Ação rescisória improcedente (AR 6.008/RJ, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 12.11.2018).*

2 2 2

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NOS EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL RESPONSABILIDADE CIVIL. AÇÃO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS. ATOS LESIVOS PROVOCADOS POR SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS. ALEGAÇÃO DE INÉPCIA DA PETIÇÃO INICIAL. INOCORRÊNCIA. INOVAÇÃO RECURSAL QUANTO À ILEGITIMIDADE PASSIVA E NECESSIDADE DE REDUÇÃO DOS VALORES FIXADOS A TÍTULO DE INDENIZAÇÃO E HONORÁRIOS. AGRAVO INTERNO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO DESPROVIDO.

1. O acórdão de origem encontra-se em conformidade com a jurisprudência do STJ, segundo a qual **a petição inicial em que se pode aferir com clareza a causa de pedir e o pedido e que permite a ampla defesa da parte ré não pode ser considerada inepta** (AgRg no AREsp. 391.083/SP, Rel. Min. RICARDO VILLAS BÔAS CUEVA, DJe 3.2.2016).

2. Ainda que superado tal óbice, o acolhimento das alegações deduzidas no Apelo Nobre, que visam afastar as conclusões das instâncias ordinárias de que a petição inicial não é inepta, demandaria a incursão no acervo fático-probatório da causa, o que é inviável em sede de Recurso Especial. Precedente: AgRg no AREsp.

(...).

4. Agravo Interno do MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO PRETO desprovido (AgInt nos EDcl no AREsp 137.961/SP, Rel. Min. NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, DJe 2.8.2017).

16. A respeito da tese de cerceamento de defesa, a jurisprudência do STJ entende ser inviável, em sede de Recurso Especial, modificar as conclusões das instâncias ordinárias quanto ao cabimento do *julgamento antecipado da lide*, pela *desnecessidade de produção de outras provas*. Neste sentido:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO EM AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ENUNCIADO 3/STJ. SÚMULA 7 DO STJ. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO.

1. A convicção formada pelo Tribunal de origem pela desnecessidade de produção de provas adicionais, não se vislumbrando cerceamento de defesa no julgamento antecipado da causa, ou incorreção na decisão de improcedência decorreu dos elementos existentes nos autos, de forma que **rever a decisão recorrida e acolher a pretensão recursal importaria necessariamente no reexame de provas**, o que é defeso nesta fase recursal (Súmula 7-STJ).

2. A análise do dissídio jurisprudencial foi obstada pela incidência da Súmula 7/STJ.

3. Agravo interno não provido (AgInt no AREsp. 1.212.808/SP, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 13.6.2018).

PÚBLICA. TRANSPORTE COLETIVO INTERMUNICIPAL. LICITAÇÃO. AUSÊNCIA. AFRONTA AO ART. 535 DO CPC/1973. NÃO CONSTATAÇÃO. RESERVA DE PLENÁRIO. VIOLAÇÃO. INEXISTÊNCIA. CERCEAMENTO DE DEFESA. SÚMULA 7 DESTA CORTE. APLICAÇÃO. CONTRATO. PRORROGAÇÃO POR LONGO PRAZO. ILEGALIDADE. HONORÁRIOS SUCUMBENCIAIS. FIXAÇÃO EM FAVOR DOS AUTORES DA DEMANDA. DESCABIMENTO. PRINCÍPIO DA SIMETRIA. OBSERVÂNCIA.

1. *O Plenário do STJ decidiu que aos recursos interpostos com fundamento no CPC/1973 (relativos a decisões publicadas até 17 de março de 2016) devem ser exigidos os requisitos de admissibilidade na forma nele prevista, com as interpretações dadas até então pela jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça (Enunciado Administrativo 2).*

(...).

4. *Discordar da conclusão alvitrada na origem acerca da desnecessidade de produção de prova documental, para reconhecer a ocorrência de cerceamento do direito de defesa pelo julgamento antecipado da lide, demandaria o reexame de matéria fático-probatória, providência inviável em face do óbice inserto na Súmula 7 do STJ.*

(...).

8. *Recurso da permissionária parcialmente provido. Recursos do Parquet estadual e do DETRO/RJ desprovidos (REsp. 1.374.541/RJ, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, DJe 16.8.2017).*

17. *O argumento de ilegitimidade passiva, por sua vez, se confunde com o próprio mérito da causa, pois se fundamenta na linha defensiva de que a COESA não praticou qualquer ato ilícito, uma vez que a execução das obras obedeceu o cronograma firmado com o MUNICÍPIO DE NATAL/RN, com lastro em aditivos devidamente formalizados (fls. 464).*

18. *Em razão disso, as alegadas violações dos arts. 267, VI do CPC/1973 e 393, parág. único e 186 do CC/2002 serão analisadas em conjunto.*

19. *Nestes pontos, não pode ser conhecido o Recurso, pois a modificação das conclusões do acórdão recorrido exigiria o reexame do conjunto fático-probatório, inviável nesta instância.*

20. Isso porque o Tribunal consignou, à luz dos fatos e provas da causa, que: (a) não ficou provada a ocorrência da força maior, a embasar a prorrogação do prazo contratual; (b) a sociedade empresária não cumpriu suas obrigações, tendo causado o atraso na execução das obras; (c) há nexos causal entre a conduta da parte recorrente e os danos suportados pelas partes recorridas (fls. 417/420).

21. Ora, entendimento diverso, conforme pretendido, implicaria o reexame do contexto fático-probatório do autos, circunstância que redundaria na formação de novo juízo acerca dos fatos e provas, e não de valoração dos critérios jurídicos concernentes à utilização da prova e à formação da convicção, o que impede o seguimento do Recurso Especial.

22. Por fim, a respeito do montante da indenização pelos danos morais, a modificação de seu valor, em regra, esbarra no mesmo óbice, por também exigir nova análise dos fatos e provas da causa.

23. Excepcionam-se apenas as hipóteses em que o montante tenha sido arbitrado em patamar irrisório ou excessivo, o que não se verifica no presente caso, diante da quantia de R\$ 40.000,00 para cada parte recorrida (fls. 421), em especial quando se considera a gravidade do dano (inundação das residências pelas águas da chuva, por trinta dias).

24. Ante o exposto, nega-se seguimento ao Recurso Especial da Sociedade Empresária.

25. Publique-se.

26. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 26 de março de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR